

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.593 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 2002

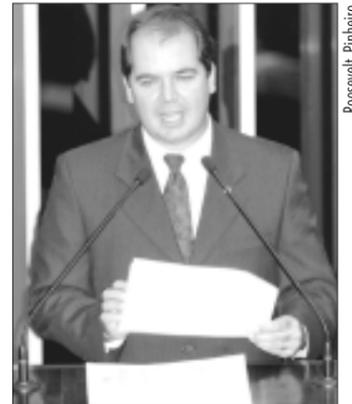
Projeto sobre bolsa de estudo está na pauta hoje

Estudantes carentes do ensino fundamental e médio são os beneficiários de dois projetos de lei que estão na pauta da sessão de hoje do Senado. Um deles é de autoria do senador Edison Lobão.

PÁGINA 4



Lobão sugere que o Executivo fixe o valor anual de cada bolsa baseado na média de preços praticados pelas escolas



Machado, Jucá e Viana são membros do Comitê de Receitas da Comissão Mista de Orçamento

Receitas do Orçamento poderão ser revistas

Inflação mais elevada, crescimento econômico desacelerado e taxa de câmbio acima de qualquer previsão devem ser levados em conta pelo Comitê de Receitas da Comissão de Orçamento, que se instala hoje.

PÁGINA 3

Senado faz campanha para resgatar memória do Palácio Monroe

O presidente do Senado, Ramez Tebet, lançará no início de dezembro uma campanha para reconstruir a história do palácio onde os senadores trabalharam antes da mudança para Brasília.

PÁGINA 8

Sede do Senado por 35 anos, no Rio de Janeiro, o Palácio Monroe foi destruído na década de 70





Jefferson Péres é o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Comissão vota indicações de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) retomou os seus trabalhos hoje, às 17h30, quando analisará a indicação de Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur para, cumulativamente, exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Eslovênia. O diplomata é o atual embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

A CRE examina ainda a escolha do diplomata Eduardo dos Santos para o cargo de embaixador brasileiro junto à República do Uruguai e de Gelson Fonseca Júnior para ser o novo embaixador do Brasil junto à República do Chile. A comissão é presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Plano-piloto para o Rio São Francisco será debatido hoje

Debate sobre o Plano-Piloto de Revitalização do São Francisco, no trecho Ibotirama-Juazeiro, é o tema da reunião de hoje, às 14h30, da comissão da Casa que estuda medidas destinadas a recuperar aquele rio.

Para esclarecer alguns pontos do projeto, foi convidado para a reunião Joaquim Carlos Teixeira Riva, técnico e consultor da Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fundespa) e da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (Seplante).

Desde junho de 2001, a Comissão do São Francisco atua com o objetivo de acompanhar e avaliar o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica.

Taxista poderá comprar carro com isenção a cada três anos

Proposta que será examinada hoje pela CAE estende o benefício aos portadores de deficiência física. Veículo para táxi terá de ser nacional

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve analisar hoje, a partir das 10h, substitutivo do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) a projeto de lei de autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que garante aos taxistas, a cada três anos, a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de automóvel destinado ao uso profissional. A proposta estende o benefício aos portadores de deficiência física.

O projeto exige que o veículo a ser adquirido pelo taxista seja de fabricação nacional, tenha no mínimo quatro portas e motor com potência mínima de 127 HPs, movido por qualquer tipo de combustível.

Os motoristas de táxi que tiverem seus automóveis roubados ou totalmente danificados em acidentes poderão usufruir novamente do benefício para repor o que foi danificado ou roubado.

A isenção prevista será também assegurada às cooperativas de trabalho permissionárias ou concessionárias de transporte público de passageiros, na cate-



O relator, Carlos Bezerra, apresentou substitutivo ao projeto de iniciativa de Renan Calheiros que torna permanente a isenção para taxistas

goria de aluguel (táxi), desde que se destinem, de fato, à utilização nessa atividade.

O substitutivo de Carlos Bezerra estabelece, entretanto, que a medida não poderá incidir sobre os acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido pelo taxista ou pela cooperativa.

No caso de o taxista vender o veículo antes de completar três anos, a contar da data de aquisição do veículo com o benefício da isenção do IPI, ficará obrigado a recolher o tributo devido e atualizado, caracterizando-se como fraude o seu não-recolhimento, sob pena de cobrança de multas e juros de mora.

O projeto prevê, também, que ocorrendo o falecimento ou incapacitação do motorista profissional, o seu direito ao benefício será transferido ao cônjuge ou herdeiro por ele designado.

RESPONSABILIDADE FISCAL
Consta ainda da pauta da CAE, entre outras matérias, mensagem presidencial pedindo autorização ao Senado para que seja contratada operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a finan-



Célio Azevedo

ciar programa de modernização do Tribunal de Contas da União (TCU), para que a instituição possa melhor cumprir as novas exigências a ela determinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A CAE deve analisar, na mesma reunião, a programação monetária para o quarto trimestre de 2002, que já recebeu parecer favorável do relator, senador Bello Parga (PFL-MA).

Nessa programação, estão previstos aumentos de até 39,4% para os meios de pagamento no ano de 2002 (papel-moeda em poder do público e depósitos à vista nos bancos) e de 44,6% para a base monetária (papel-moeda emitido menos reservas bancárias).

Segundo o relator, a programação enviada à Casa era compatível com uma política de juros descendentes que, no entanto, não pôde confirmar-se em razão das incertezas de mercado, que obrigaram o Comitê de Política Monetária (Copom) a elevar o patamar das taxas de juros Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), no último dia 14, de 18% para 21% ao ano.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

14h30 - Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 11/98, regulamenta o parágrafo 1º do artigo 213 da Constituição federal; PLS nº 59/99 (tramita em conjunto com o PLC nº 11/98), que trata do Programa Nacional de Bolsas de Estudo; e PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitários.

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLS nº 15/02, dispõe sobre isenção do IPI para taxistas; Mensagem nº 295/02, encaminhando ao Senado autorização para a contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$ 5 milhões entre o Brasil e o BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Apoio à Modernização do TCU; PLS nº 254/01, cria o Programa Especial de Pecúlio Estudantil; PLS nº 144/02, altera a Lei nº 55.862/72, que autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), para determinar que as aplicações de recursos feitos por estados e municípios em aeroportos administrativos pela Infraero sejam convertidas em aporte de capital na referida empresa; PLS nº 25/00, altera a Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993 (dispõe sobre o Sistema Financeiro da Habitação); PLS nº 53/01, modifica o art. 15, § 1º, inciso II, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e o art. 2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que dispõem sobre o salário-educação; PLS nº 278/01, autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura da Carmúba (Funcarmúba); entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

11h30 - Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 169/02, acrescenta alínea ao inciso I do artigo 23 da Lei nº 8.977/95, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo, para incluir canal reservado ao TCU; PLS nº 175/01, dá nova redação ao artigo 7º da Lei nº 8.977/95, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo; PLS nº 15/99, altera os artigos 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848/40 - Código Penal, e o artigo 75 da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente; Aviso nº 39/02, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 454/02 - TCU, bem como respectivos relatório e voto que a fundamentam, referente ao relatório de auditoria operacional realizada no FNDE e outros; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

14h30 - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: apreciação de projeto e avisos remanescentes da pauta anterior. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagens que submetem à apreciação do Senado os nomes de Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Áustria, exercer também junto à República da Eslovênia; de Eduardo dos Santos para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Oriental do Uruguai; e de Gelson Fonseca Júnior para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Chile. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Morais, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Previsão de receitas do Orçamento pode mudar

Comissão mista instala hoje o comitê que, nos últimos anos, identificou novas arrecadações de impostos que permitiram inclusive aumentar o valor do salário mínimo em níveis acima da inflação

Será instalado hoje o Comitê de Receitas da Comissão Mista de Orçamento, encarregado de discutir a previsão do Executivo sobre o quanto será arrecadado de impostos e contribuições no ano que vem. Nos últimos anos, esse comitê identificou novas arrecadações de impostos, as quais permitiram inclusive aumentar o salário mínimo acima da inflação.

Dessa vez, o comitê começa a trabalhar levando em consideração que o quadro econômico mudou muito nos últimos meses, com inflação mais elevada, crescimento econômico desacelerado e taxa de câmbio acima de qualquer previsão. O próprio relator-geral do Orçamento, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), lembra em seu parecer preliminar que a inflação usada no Orçamento, o IGP-DI, estava projetada de janeiro a setembro em 7,63%. No entanto, essa inflação ficou em 11,6% no período.

Um aumento no índice inflacionário costuma gerar crescimento de arrecadação nos meses seguintes, exceto quando o crescimento econômico se reduz. Esta é a situação do momento – inflação em crescimento e economia em queda –, e o Comitê de Receitas



Os senadores Sérgio Machado e Tião Viana integram o Comitê de Receitas da Comissão Mista de Orçamento

terá de examinar todos os indicadores para decidir sobre a restimativa da arrecadação.

A assessoria técnica da Comissão Mista de Orçamento calcula que, a princípio, só o aumento da inflação poderia redundar numa arrecadação superior – de R\$ 8 bilhões a R\$ 10 bilhões – em 2003. Depois do repasse constitucional aos estados e municípios, a União ficaria com um valor que vai de R\$ 5 bilhões a R\$ 6 bilhões. Além disso, o comitê poderá ainda considerar um aumento de receitas de R\$ 1,8 bilhão com a possível prorrogação da alíquota máxima

de 27,5% do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, como vem defendendo o PT. A alíquota cairá para 25% em 1º de janeiro caso não seja prorrogada.

Fazem parte do Comitê de Receitas os deputados Jorge Bittar (PT-RJ), Sérgio Miranda (PCdoB-MG), Pedro Fernandes (PFL-MA) e Eunício de Oliveira (PMDB-CE), e os senadores Tião Viana (PT-AC), Romero Jucá (PSDB-RR) e Sérgio Machado. O comitê deve se reunir com técnicos da Receita Federal e do Tesouro Nacional durante seu trabalho, que deve durar pelo menos 20 dias.

CCJ vota emendas ao Orçamento e 43 projetos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) promove duas reuniões, amanhã, para discutir questões orçamentárias e proposições em tramitação regular no colegiado. Às 10h, os integrantes da CCJ dedicam-se à análise e à votação das emendas da comissão ao Orçamento Geral da União (OGU) para 2003. Em seguida, a partir das 11h, passam ao exame de uma pauta extraordinária com 43 itens.

Dos projetos a serem discutidos, 35 já constavam da pauta da CCJ na semana passada, quando foram votadas mais de 130 emendas de Plenário oferecidas à proposta de emenda à Constituição (PEC) que introduz alterações na estrutura do Poder Judiciário. Estão em pauta, por exemplo, uma proposição que regula a perda de mandato de senador e outra que trata do funcionamento do Congresso Nacional.

Pelo projeto de resolução de autoria do senador Osmar Dias

(PDT-PR), alvo de substitutivo do senador Francelino Pereira (PFL-MG), o processo de cassação de senador será considerado iniciado com o despacho de conhecimento de denúncia ou representação, fundamentada e de origem comprovada, pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Além de suprir uma lacuna na legislação, a proposição tem o objetivo de impedir, segundo Osmar Dias, “que o congressista se valha da renúncia para escapar ao ônus jurídico e político decorrente da cassação de seu mandato”.

A segunda matéria relativa ao Congresso é uma PEC, apresentada pelo senador Carlos Patrocínio (PTB-TO), determinando que os vetos presidenciais serão examinados em reuniões separadas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com início de tramitação alternada e com prazo de 30 dias em cada Casa. O relator da proposta na CCJ, senador Jefferson Péres (PDT-AM),

acolheu os argumentos em favor da “oportunidade, necessidade e conveniência” da medida, que deverá acelerar a análise de 56 vetos presidenciais que aguardam votação desde 1994 e fortalecer a posição do Senado na atividade legislativa a partir da adoção do critério da alternância.

Entre as oito matérias recém-incluídas na pauta, está proposição de Patrocínio que tipifica o crime de fraude em concurso público, com emenda substitutiva do senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Ainda sobre o assunto, tramita na CCJ, em conjunto com projetos dos senadores Geraldo Althoff (PFL-SC) e Pedro Simon (PMDB-RS), projeto de Jorge Bornhausen (PFL-SC) que trata de normas gerais para esse tipo de seleção. Uma das inovações sugeridas é a obrigatoriedade de a administração justificar, ao fim do prazo de validade do concurso, a decisão de não nomear os aprovados em número igual ao de vagas oferecidas.

CAS prepara emendas à proposta orçamentária

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se amanhã, a partir das 9h, para votar as cinco emendas que tem direito a apresentar ao Orçamento da União, a exemplo das demais comissões permanentes do Senado. A secretaria da CAS informa que o prazo para entrega das emendas termina às 19h de hoje.

Os membros titulares e suplentes da CAS poderão apresentar emendas que tratem de relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade, previdência, população indígena, normas gerais de proteção e integração social de pessoas portadoras de deficiências e

proteção à infância, à juventude e aos idosos.

As emendas da CAS a serem apresentadas ao Orçamento para 2003, que deve ser votado até 31 de dezembro, podem referir-se, ainda, à proteção e à defesa da saúde, incluindo o controle e fiscalização de medicamentos, saneamento, inspeção e fiscalização de alimentos.

Normas gerais sobre proteção do meio ambiente, controle da poluição, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais são outros temas que fazem parte da competência da CAS e que, por obrigação legal, podem ser abordados nas emendas da comissão ao Orçamento.



Projeto de Waldeck Ornélas deve ser examinado pela Comissão de Assuntos Sociais

Ornélas propõe que FGTS financie microcomputador

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) apresentará parecer favorável à proposta que faculta ao trabalhador o uso dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a compra de microcomputador. De autoria do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), o projeto, que será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), permite que o trabalhador adquira apenas um microcomputador a cada cinco anos.

A idéia, explica Waldeck Ornélas, é inserir o FGTS “no fundamental esforço” da inclusão digital da população, com vista a melhorar a capacitação do trabalhador brasileiro. Para evitar distorções quanto aos objetivos

do fundo, o projeto estabelece que o candidato terá de manter em sua conta no FGTS um montante de recursos suficiente para garantir a manutenção de seu fluxo de renda por pelo menos seis meses.

Ornélas ressalta que a informática é hoje indispensável instrumento de trabalho e que o país precisa esforçar-se para, no menor espaço de tempo permitir que seus cidadãos tenham acesso a este instrumento. Ele lembra que apenas 10 milhões de pessoas têm acesso domiciliar à Internet no país, a maioria das classes A e B, o que torna “indispensável e urgente” a criação de mecanismos de acesso ao microcomputador.

Plenário vota regras para bolsa a estudante carente

Projeto concede benefício a alunos do ensino fundamental e médio que não obtenham matrícula em estabelecimentos da rede pública

A regulamentação do dispositivo constitucional que institui um programa nacional de bolsas de estudo para alunos de escolas privadas deverá ser votada hoje pelo Plenário.

O texto em exame é um substitutivo da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a um projeto de lei da Câmara e outro do Senado, de autoria do deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE) e do senador Edison Lobão (PFL-MA), respectivamente. O substitutivo foi acompanhado pelos relatores das Comissões de Educação e de Assuntos Econômicos, onde a matéria também tramitou.

A proposta estabelece que as bolsas de estudo serão concedidas a estudantes carentes do ensino fundamental e médio que não conseguirem matrícula em estabelecimentos da rede pública. O benefício seria condicionado a declaração oficial de falta de vagas na rede pública.

O substitutivo, que optou pelo projeto da Câmara, define como



Roosevelt Pinheiro

Projeto de Edison Lobão atribui ao Executivo a fixação do valor do auxílio estudantil

estudante carente aquele cuja renda familiar é inferior ao limite de isenção do Imposto de Renda. No entanto, se for comprovada a incapacidade da renda familiar para cobrir os custos educacionais do aluno, mesmo que a renda esteja acima do limite de isenção, o aluno poderá ser beneficiado. Os recursos para a concessão das bolsas, de acordo com o projeto, deverão estar previstos nas leis orçamentárias.

O projeto de lei de iniciativa do senador Edison Lobão deter-

mina que o Poder Executivo fixará o valor anual de cada bolsa baseado na média de preços praticados pelas escolas.

O Executivo também seria responsável pela fixação do número de cotas de bolsas às unidades federadas e pela seleção dos candidatos inscritos.

A ordem do dia da sessão deliberativa de hoje prevê ainda a votação de sete projetos de decreto legislativo aprovando atos que permitem o funcionamento de seis rádios comunitárias e de uma de cunho educacional.

Mauro quer assegurar punição a procurador que engaveta processos

Um dos problemas do Ministério Público é a subserviência e a vinculação dos procuradores-gerais aos chefes do Executivo, segundo avaliação do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), autor de projeto de lei que facilita a punição dos procuradores que não promovam ações cabíveis diante de excessos dos governantes.

— O projeto pode contribuir para a diminuição da odiosa prática do engavetamento de processos para acobertar atos ilegais de autoridades — explica o senador.

De acordo com Mauro Miranda, “é passível de questionamento que a autoridade que fiscaliza os atos do Poder Executivo seja nomeada pelo chefe deste mesmo Poder”. No caso específico da escolha do procurador-geral da Justiça, a vontade do governador sequer é submetida à apreciação do Poder Legislativo, acrescenta o senador.

Apesar da necessidade de serem feitas algumas correções na instituição, Mauro Miranda comemora os resultados obtidos pelo Ministério Público, a partir da Constituição de 1988, principalmente no que diz respeito à fiscalização dos gastos públicos.

— Os interesses da sociedade

exigem que todos se atenham aos ditames legais. E isso vale muito significativamente para aqueles que foram investidos da responsabilidade de administrar o serviço e o patrimônio públicos, fazendo-os instrumento do bem geral da população — disse Mauro Miranda.



Célio Azevedo

Mauro Miranda critica vinculação do procurador-geral à autoridade que o nomeou

Valmir Amaral presta homenagem aos médicos

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) prestou homenagem a todos os médicos do Brasil, que comemoraram seu dia em 18 de outubro. Ele ressaltou que a atividade do médico não pode ser confundida com uma mera prestação de serviço ou com uma atividade comercial ou técnica, lembrando que o exercício da medicina requer “características muito pessoais para acolher com desprendimento seres humanos acometidos de doenças muitas vezes graves e incuráveis”.

A atividade do médico, frisou o senador, muitas vezes é prejudicada por fatores externos à área da saúde, pois a falta de saneamento básico, de água potável, de condições de higiene e de oportunidade de trabalho, com reflexos sobre o nível de

renda da população, impossibilitam uma ação mais efetiva da medicina.

Valmir Amaral também chamou a atenção para o aviltamento salarial dos profissionais da área médica, que leva muitos médicos a enfrentar mais de um emprego, com uma carga horária excessiva, o que compromete a qualidade do atendimento e muitas vezes leva ao erro médico.

O senador lembrou as dificuldades enfrentadas para o exercício da profissão e os cortes de verbas para a área da saúde, ressaltando a abnegação, a dedicação e a proficiência dos médicos, que, conforme afirmou, concretizam com o seu trabalho o direito dos brasileiros à saúde assegurado pela Constituição federal.

Distribuição desigual

O Brasil possui uma elevada relação médico/habitante, maior do que a estabelecida pela Organização Mundial da Saúde, que recomenda, no mínimo, um médico para cada grupo de mil habitantes. O Conselho Federal de Medicina indica que há, em média, um médico para cada 670 brasileiros atualmente. Mas a distribuição desses profissionais é muito desigual. A maioria dos médicos

concentra-se nas regiões Sudeste e Sul e nas capitais dos estados, havendo carência desses profissionais nas outras regiões e cidades do interior. Com a alta concentração e concorrência, ocorre o acúmulo de empregos. Um estudo da Fundação Oswaldo Cruz e da Escola Nacional de Saúde Pública, de 1996, indicava que 75,6% dos profissionais trabalham em até três lugares, incluindo consultório próprio.

A política nacional alcança o interior do Brasil

RÁDIO SENADO - 6.190 kHz - faixa de 49 m
O Senado Federal agora está mais perto de quem mora nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. De segunda a sexta-feira, das 07h às 19h, a Rádio Senado transmite ao vivo as sessões do plenário e das comissões. Nos intervalos, a boa música brasileira, cultura e informação.



Rádio Senado

www.senado.gov.br

0800-614455
o serviço informativo 24h

País precisa gerar mais energia, alerta José Jorge

Se o setor elétrico não responder à demanda, diz senador, o Brasil repetirá “a dolorosa experiência” da crise de abastecimento enfrentada ano passado. Para ele, sem estímulo à iniciativa privada, expansão da oferta será inviabilizada

Álvaro Dias defende mais recursos para assentamentos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá examinar projeto de autoria do senador Álvaro Dias (PDT-PR) que assegura recursos orçamentários para assentamentos da reforma agrária. O projeto estabelece que os investimentos públicos na área agrícola deverão ser aplicados com prioridade nesse setor. A matéria terá decisão terminativa na CAE, ou seja, só será examinada em Plenário mediante requerimento assinado por pelo menos nove senadores.

O projeto modifica a lei que trata da política agrícola e define o que pode ser considerado infraestrutura prioritária dos assentamentos: açudes, barragens, poços artesianos, armazéns comunitários, mercados de produtores, estradas, escolas e postos de saúde, além de energia elétrica e estrutura de comunicação, saneamen-



Álvaro: só investimentos pesados darão condições para assentado trabalhar

Genaldino Magalhães

to e lazer.

O senador acredita que só com “investimentos pesados do governo” os trabalhadores assentados terão condições de trabalhar a terra de maneira adequada. Ele observa que, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o governo teria gasto nos últimos sete anos R\$ 13,2 bilhões em 4.275 assentamentos de reforma agrária, beneficiando 584 mil famílias. Mas as obras de infra-estrutura receberam apenas R\$ 100 milhões, o que não representa nem 1% de toda a verba destinada à reforma agrária, destacou o senador.

Álvaro afirma que, ao melhorar a infra-estrutura dos projetos de reforma agrária, o governo estará dando melhores condições para a vida no campo e reduzindo o fluxo migratório para os centros urbanos.

Projeto simplifica processo de investigação de paternidade

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) pediu a aprovação do projeto de sua autoria que simplifica a Lei nº 8.560 e exclui a expressão “filhos havidos fora do casamento” na investigação de paternidade. O projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator, senador José Fogaça (PPS-RS), incluiu emenda que possibilita também a investigação da maternidade.

A lei que Amaral quer modificar regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento. O senador argumenta que os costumes sociais evoluem rapidamente e, por isso, muitas leis ficam desatualizadas em prazos curtos.



Valmir Amaral: legislação deve se adaptar às mudanças sociais

José Cruz

— À evidente mudança introduzida pelo progresso da técnica de exame do genoma, deve-se acrescentar uma consideração jurídica. Trata-se da expressão “filhos havidos fora do casamento”, que soa como resquício da moral ultrapassada pela qual havia diferença entre os descendentes ditos legítimos e os outros — explicou o senador.

O projeto também permite a reabertura de processos de investigação de paternidade concluídos antes de ter sido criado o exame de DNA, quando os únicos métodos possíveis eram a prova testemunhal e a semelhança de traços anatômicos ou fisionômicos.

O senador José Jorge (PFL-PE) alertou ontem para “a necessidade inadiável” de dar continuidade ao processo de expansão da oferta de energia elétrica em resposta à demanda nacional. Sem a providência, acrescentou, o país poderá repetir “a dolorosa experiência” de crise de abastecimento, que levou ao racionamento do ano passado.

Conforme o senador, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já concedeu novas outorgas para investimentos em geração de energia, num total de aproximadamente 21 megawatts, que demandarão investimentos da ordem de R\$ 35,4 bilhões. Como o Estado não dispõe desses recursos, será preciso estimular a atuação da iniciativa privada, sob pena de inviabilizar os planos de expan-



Segundo José Jorge, Estado deve atuar somente para complementar esforço do setor privado

Genaldino Magalhães

lhes confere um poder de mercado que desestimula o investidor privado, de cujos recursos não podemos prescindir”, disse.

RESTRIÇÕES

O Estado, de acordo com o senador, dadas as suas atuais restrições financeiras — o Orçamento para 2003 contempla apenas R\$ 7,2 bilhões para investimentos —, deve atuar somente de forma a complementar o esforço do setor privado, realizando as obras de interesse social que não desperdem o interesse do investidor particular ou formando parcerias para alavancar obras estratégicas com boa possibilidade de remuneração.

José Jorge acredita que, a partir da crise do ano passado, foi possível construir bases seguras para o setor de energia elétrica, não apenas em termos de obras mas, sobretudo, do ponto de vista do despertar da consciência da sociedade brasileira “para que se possa estar sempre um passo à frente no que diz respeito ao abastecimento energético do Brasil”, observou.

são de oferta, observou.

Ministro de Minas e Energia entre 2001 e março deste ano, José Jorge considera que a desverticalização e redução do tamanho das empresas estatais de geração e transmissão de energia são tarefas inadiáveis para estimular a participação da iniciativa privada, mesmo que não se queira privatizar o setor. “O seu gigantismo

Calheiros elogia MP do pequeno agricultor

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) comemorou a edição da medida provisória (MP) que permitirá a renegociação das dívidas de pequenos e médios agricultores. Segundo disse, o total dos débitos está calculado em R\$ 2,6 bilhões. As novas regras, afirmou, vão beneficiar pelo menos 241 mil pequenos produtores familiares, inscritos no Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procer) e no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Calheiros lembrou que, desde agosto, a bancada de senadores de Alagoas vinha conduzindo longa negociação junto ao Gabinete Civil da Presidência da República e ao corpo técnico dos ministérios, que finalizou com a edição da MP. Ele explicou que os produtores do semi-árido nordestino e do norte de Minas Gerais vão ter mais prazo para renegociar suas dívidas, pois o prazo, que terminaria em outu-

bro, foi estendido até 31 de março de 2003.

Além do novo prazo, ressaltou o senador, o valor das dívidas a serem renegociadas foi ampliado. Antes, a renegociação contemplava apenas agricultores cujos empréstimos originais não ultrapassassem R\$ 15 mil. Agora, o teto de repactuação das operações com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) aos programas de financiamento dos fundos constitucionais vai para R\$ 35 mil.

Renan Calheiros disse ainda que a ampliação permitirá que sejam incluídos na renegociação mais 180 mil contratos que estavam em atraso. Outra novidade, frisou, é



Novas regras vão beneficiar pelo menos 241 mil produtores familiares, diz Calheiros

Rosanevelt Pinheiro

que os produtores serão dispensados de pagar os 10% exigidos da soma das prestações vencidas até maio de 2002 para ter direito ao benefício. Além disso, a MP também determina, entre outras providências, a suspensão de todas as execuções judiciais dos bancos.

Projeto abre TV a cabo ao capital estrangeiro

Setor pode ser regido pelas mesmas regras previstas para as empresas de telefonia na Lei Geral de Telecomunicações, conforme proposta de Ney Suassuna a ser votada hoje pela Comissão de Educação do Senado

A Comissão de Educação (CE) pode votar hoje projeto de lei do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que abre a possibilidade de controle de emissoras de televisão a cabo por capitais estrangeiros. A proposta modifica a lei que criou o serviço de TV a cabo, que determina o limite de 49% a capitais externos, para garantir ao setor as mesmas regras previstas para as empresas de telefonia na Lei Geral de Telecomunicações.



José Cruz



Roosevelt Pinheiro

Camata deu, na Comissão de Educação, parecer favorável ao projeto de Suassuna e defendeu a revitalização do serviço de televisão a cabo no país

De acordo com o projeto, a concessão de serviço de TV a cabo poderá ser feita a "empresa constituída segundo as leis brasileiras, com sede e administração no país". E o Poder Executivo fica autorizado, levando em conta os interesses nacionais, a estabele-

cer limites à participação estrangeira no capital da empresa.

Em seu relatório favorável, o senador Gerson Camata (PMDB-ES), relator da matéria, sustenta que, além da "justeza da compatibilização pretendida", a inicia-

tiva de Suassuna encontra-se em sintonia com as recentes deliberações do Congresso Nacional a respeito da participação de pessoas jurídicas, nacionais e estrangeiras, no capital de empresas jornalísticas e de radiodifusão.

atividades de seleção e de direção de suas programações.

Será discutido pela CE, na mesma reunião, projeto que modifica a lei da TV a cabo para incluir canal reservado ao Tribunal de Contas da União (TCU). A maté-

ria recebeu parecer contrário do relator, senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA).

A comissão analisará ainda projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que prevê a criação da Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras (MA). Voltará à pauta projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) – com parecer contrário do relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR) – destinado a regulamentar a educação profissional.

Também será analisado pela comissão parecer favorável da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) a projeto do ex-senador Luiz Estevão que modifica o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente para aumentar as penas de praticantes de artes marciais que cometam crimes de homicídio culposo ou doloso. Estarão igualmente em pauta 51 projetos de decreto legislativo que permitem o funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

Senado entrega obras em braille na feira do livro de Porto Alegre

O Senado promove hoje, às 15h, na 48ª Feira do Livro de Porto Alegre, a entrega de uma coleção de obras em braille aos deficientes visuais da Associação de Cegos do Rio Grande do Sul. Como costuma ocorrer nos demais eventos literários, o Senado é o único expositor a oferecer títulos na linguagem especial para os deficientes visuais.

O coordenador da Comissão Especial de Feiras de Livros e diretor da Secretaria de Informação e Documentação, Paulo Afonso Lustosa de Oliveira, vai doar exemplares de livros publicados pela Coordenação de Braille da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep) do Senado Federal. Os livros trazem os textos integrais de leis consideradas importantes para o pleno exercício da cidadania, como a Constituição de 1988 (em dois volumes), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor e a Lei de Doação de Órgãos.

A iniciativa do Senado ganha

48ª FEIRA
DO LIVRO
DE PORTO
ALEGRE



Com os livros a vida
tem mais emoção.

importância tendo em vista que poucas editoras oferecem textos em braille no país. Além disso, os voluntários que promovem a leitura de livros para deficientes visuais geralmente lêem romances ou livros de contos ou crônicas, já que a leitura de leis é mais árdua. Assim, o acesso direto às leis é considerado fundamental pelos deficientes visuais que visitam os estandes da Casa em eventos literários.

De acordo com cálculos de associações de assistência aos cegos do país, 0,4% da população tem cegueira total ou parcial que impede a leitura, o que significa um total de 700 mil pessoas que só teriam acesso aos livros por meio do braille. Na sexta-feira, também às 15h, o Senado entrega as obras em braille para deficientes visuais da União dos Cegos do Rio Grande do Sul.

ABERTURA

Com a presença do governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, a Feira do Livro de Porto Alegre foi aberta no dia 1º. O Senado levou a Porto Alegre cerca de 100 títulos publicados pela Seep, entre legislação atualizada e livros do Conselho Editorial, que ficam à disposição do público da capital até o próximo dia 17, quando a

feira se encerra.

A publicação que reúne os primeiros quadrinhos da história do país, do jornalista Angelo Agostini, vem chamando a atenção dos gaúchos. Publicados na segunda metade do século 19, o livro traz *As Aventuras de Nhô Quim & Zé Caipora*, e foi lançado na Bienal Internacional do Livro de São Paulo.

Esta também é a primeira vez que o público da feira de Porto

Alegre entra em contato com o livro *A Constituição que Não Foi: História da Emenda Constitucional nº 1 de 1969*, que foi inscrito recentemente em duas categorias para concorrer ao Prêmio Jabuti de 2003. A publicação traz as atas dos debates e as conclusões da comissão de notáveis formada pelo presidente Costa e Silva para reformar a Constituição de 1967 e devolver a normalidade institucional ao país.

Evento começou em 1955 para popularizar leitura

A Feira do Livro de Porto Alegre, uma das mais antigas do país, é o maior evento do gênero realizado ao ar livre na América Latina. A primeira edição, em 1955, teve como objetivo popularizar o livro entre os gaúchos, dinamizando o mercado livreiro do Rio Grande do Sul.

A proposta da feira é colocar à disposição do público uma ampla oferta de livros com descontos sobre os preços normalmente praticados. Assim, os organizadores continuam a seguir o lema dos fundadores do evento: "Se o povo não vem à livraria, vamos levar a livraria ao povo".

Não é sem motivo que o lugar escolhido para realizar a feira, a Praça da Alfândega, seja situado em um dos pontos de maior circulação de pessoas da cidade. Lá, os estandes são instalados sob as

grandes árvores do local, jacarandás e guapuruvus.

Desde os anos 70, a feira transformou-se em uma festa popular, com a organização de uma vasta programação cultural. Com a infra-estrutura ampliada e modernizada, a feira passou a receber grandes nomes do mercado editorial brasileiro e internacional. Após mais de quatro décadas, a feira continua a ser um local de encontro da cidade com o livro e um momento importante na vida cultural dos gaúchos.

Na última edição da feira, foram comercializados aproximadamente 445 mil livros, uma média de 164 exemplares vendidos diariamente por estande. A visitação estimada em 2001 foi de 1,6 milhão de pessoas.

Congresso discute atividades de inteligência

As contribuições que os serviços de informações podem dar à soberania e à democracia serão debatidas amanhã e quinta-feira no Auditório Nereu Ramos. Participam do seminário ministros de Estado e a diretora-geral da Abin



Presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara, Aécio Neves, abrirão os debates

Tebet defende apoio do PMDB ao governo Lula

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou ontem que o PMDB deve apoiar o Partido dos Trabalhadores em matérias de interesse do Brasil e sem que haja troca de cargos. O partido vai se reunir nesta semana para debater possível apoio ao governo Lula.

– Todos temos a obrigação de ajudar o Brasil. O PMDB, para isso, não precisa de cargos e deve ajudar a construir uma vida melhor para o país. É essa a obriga-

ção do partido, sem trocar nada – ressaltou.

Conforme o senador, não há mais espaço para “oposição radical, sectária”, e o que for bom para o país deve ser apoiado pelo PMDB. “Não se trata de adesismo”, explicou. Segundo disse, “o propósito é atender aos interesses da sociedade”.

Já a composição entre os partidos no Legislativo é uma situação diferente, acredita o presi-

dente do Senado, uma vez que “ninguém governa sozinho e é natural que o PT busque o apoio” de outras agremiações.

Sobre a possibilidade de assumir mais um mandato como presidente do Senado, Tebet disse ser “um elemento que busca a unidade” do partido. “Venho desempenhando o meu papel na Presidência e tudo vai depender do partido. Estou aqui para ajudar, não para complicar”, afirmou.

Fernando Henrique mudou o país, diz Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que, em oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil mudou radicalmente e passou a vislumbrar um futuro bem mais promissor. Ele destacou que, no período, o país foi marcado pelo desenvolvimento, estabilidade, democracia e conquistas sociais.



Para Jucá, FHC garantiu ao Brasil desenvolvimento, estabilidade e democracia

– Com determinação, ousadia e competência, o Brasil trocou o universo provinciano de suas fronteiras e aderiu ao mundo sofisticado da ciência, técnica, informação rápida, era digital e globalização. Com isso, o país demonstrou eficiência, rapidez, organização, versatilidade, ganhos importantes de produtividade, capacidade de gestão, condições de competitividade e ação concreta nos fóruns mais importantes das decisões políticas e eco-

nômicas mundiais.

O presidente Fernando Henrique, na avaliação do senador, assumiu o seu primeiro mandato em um período crucial da história do Brasil, após 21 anos de regime militar, de quatro anos de transição referendada pelo Colégio Eleitoral e de três anos de regime plenamente democrático, “mas tumultuado pelos desmandos praticados no período Collor”.

RECONHECIMENTO

A importância do governo Fernando Henrique, acredita

Jucá, será reconhecida pela população brasileira, inclusive pelos partidários da oposição. Para o senador, as próximas gerações reconhecerão que o atual presidente foi, ao mesmo tempo, intelectual respeitado, político de visão, mandatário tolerante, militante corajoso, democrata por excelência, humanista convicto e grande exemplo de dedicação, competência e probidade no trato da coisa pública.

– O significado desse papel histórico de grande dimensão, que teve a coragem de avocar o inegável resultado positivo que conquistou ao longo desses oito anos de trabalho incansáveis, elevarão o presidente Fernando Henrique, sem mais tardar, à condição de um grande governante. Ele será consagrado por todos nós, mesmo pelos mais ferrenhos adversários de hoje, como um dos maiores estadistas que este país já produziu – opinou Jucá.

Com o objetivo de mostrar o verdadeiro papel do setor de inteligência no país e sua importância na prevenção ao crime organizado, narcotráfico, crimes financeiros e cambiais, entre outros, começa amanhã, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, o seminário “Atividades de Inteligência no Brasil: Contribuições para a Soberania e a Democracia”. O encontro será aberto às 9h pelos presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara dos Deputados, Aécio Neves.

O encontro, que pretende contribuir para desfazer a imagem negativa do trabalho de inteligência no Brasil, associada ao período da

ditadura militar e à repressão política, contará, na cerimônia de abertura, com autoridades civis e militares do primeiro escalão do governo. Entre elas, estarão os ministros da Defesa, Geraldo Quintão; do gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso; da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro; e das Relações Exteriores, Celso Lafer.

Participam também o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, e a diretora-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Marisa Almeida Del’Isola e Diniz.

Debates incluem defesa nacional, controle e profissionalização

Durante o seminário serão discutidos sete temas. O primeiro, “Atividades de Inteligência no Brasil: Contribuições para a Soberania e a Democracia”, terá como conferencista o general Alberto Cardoso. Do segundo, “Inteligência, Controle Público e Democracia”, participarão dois palestrantes estrangeiros – o professor de Justiça Criminal da Universidade de Liverpool (Reino Unido), Peter Gill, e o professor de Direito da Universidade de Buenos Aires (Argentina), José Manuel Ugarte – e um brasileiro – o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Amanhã à tarde, serão abordados dois temas: “Profissionalização da Atividade de Inteligência”, com a diretora da Abin, Marisa Almeida Del’Isola Diniz, o professor Marco Aurélio Chaves Cepik, da Universidade Federal de Minas Gerais, e o diretor do Centro de Relações Cívico-Militares da Escola de Pós-Graduação Naval dos Estados Unidos (EUA), Thomas Bruneau; e “Inteligência e Sustentação dos Interesses Nacionais”, com o chefe do Departamento de Tecnologia da Abin, Rex Nazaré Alves, o diretor do Departamento de Assuntos Nucleares e Bens Sensíveis do Ministério da Ciência e Tecnologia, Roque Monteleone Neto, e o consultor sênior da Secretaria de Defesa dos

EUA, Bruce Berkowitz.

Três temas serão discutidos quinta-feira. O que abre a agenda matutina será “Defesa Nacional e Inteligência Militar”, com quatro palestrantes: general-de-divisão Aluísio Rodrigues dos Santos, do Departamento de Inteligência Estratégica do Ministério da Defesa; contra-almirante Adalberto Casaes Júnior, subchefe de Estratégia do Estado-Maior da Armada; general-de-divisão Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, subchefe do Estado-Maior do Exército; e o brigadeiro-do-ar Dalton Luis Frasso, chefe da Secretaria de Inteligência da Aeronáutica.

CONTROLE

O assunto seguinte será “Limites e Eficácia do Controle Parlamentar”, com o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), além do professor Guillermo Pérez, do Instituto de Ciência Política da Universidade do Chile.

A programação conclui com debates sobre “Atividade de Inteligência na Prevenção do Crime Organizado”, com o coordenador de Inteligência da Diretoria de Inteligência da Polícia Federal, Daniel Lorenz de Azevedo; do auditor fiscal da Receita Federal Deomar Vasconcelos Moraes; do chefe do Departamento de Combate a Ilícitos Financeiros do Banco Central, Ricardo Liao; e do procurador da República no Distrito Federal Celso Antônio Três.

Senado resgata memória do Palácio Monroe

Campanha estimulará população a doar fotos e documentos, além de informar sobre destino de móveis e obras de arte existentes no edifício onde trabalharam os senadores por 35 anos, no Rio de Janeiro, antes da inauguração de Brasília

O Senado pretende resgatar a memória do Palácio Monroe, sede do Parlamento por 35 anos. Para isso, será lançada no início de dezembro, pelo presidente da Casa, Ramez Tebet, uma campanha destinada a solicitar a toda a população brasileira informações que ajudem a reconstruir a história do local onde trabalhavam os senadores antes da mudança da capital do país para Brasília, em 1960.

Por meio da campanha, o Senado dará início à formação de um banco de dados sobre o destino de móveis e obras de arte que se encontravam no palácio e foram leiloados pela empresa encarregada da destruição do edifício na década de 70, no Rio de Janeiro. A população será ainda estimulada a doar fotos e documentos sobre a história do Monroe, que passariam a compor o acervo do Museu do Senado.

– De todas as nossas sedes, o Monroe é a única que não existe mais – recorda Florian Madruga, coordenador da Comissão Especial dos 111 Anos do Senado Re-

publicano, presidida pelo diretor-geral da Casa, Agaciel Maia.

A campanha pelo resgate da memória do palácio será divulgada pelos meios de comunicação do Senado e por todas as emissoras interessadas em apoiar a iniciativa. Como boa parte do acervo deve ainda estar na antiga capital da República, o Senado firmará parcerias com o governo estadual e com a prefeitura do Rio de Janeiro para fortalecer a iniciativa.

O Palácio Monroe foi a segunda sede do Senado Republicano. Inicialmente, a Casa funcionou no Palácio Conde dos Arcos, na Praça da República. O Monroe localizava-se junto à Cinelândia, no centro do Rio, em frente à Baía de Guanabara.



Localizado no centro do Rio de Janeiro, o Palácio Monroe foi destruído na década de 1970

Edificação demonstrava capacidade realizadora do governo republicano

O Palácio Monroe foi construído em 1904 para ser o “pavilhão do Brasil” na exposição internacional de Saint Louis, organizada pelo governo dos Estados Unidos em comemoração aos 100 anos da integração do Estado de Louisiana. Foi grande o sucesso da edificação brasileira, toda em estrutura metálica para possibilitar sua posterior remoção para o Brasil. Os jornais norte-americanos da época elogiaram a técnica de engenharia e o perfil arquitetônico do edifício, premiado com a Medalha de Ouro da exposição.

O prédio foi inspirado na arquitetura francesa. No mesmo estilo, seu construtor, engenheiro militar Francisco Marcelino de Sousa Aguiar, projetaria os prédios da Biblioteca Nacional e do Teatro Municipal (este uma cópia da Ópera de Paris), situados na praça onde o palácio foi reerguido.

O nome do palácio é uma homenagem ao presidente norte-americano James Monroe, autor da doutrina de não-intervenção



Palácio foi batizado em homenagem ao presidente dos Estados Unidos James Monroe, autor da doutrina de não-intervenção no continente americano

no continente. Foi batizado e inaugurado no Brasil em 23 de julho de 1906 com a instalação da Ter-

ceira Conferência Pan-Americana, que congregou chanceleres das três Américas. O evento, um dos

pontos altos da carreira do Barão do Rio Branco, marcou a história da diplomacia brasileira como parte da estratégia de produção de uma imagem de nação moderna e progressista que o recém-instalado regime republicano esforçava-se por firmar perante a comunidade internacional. A edificação contribuiu para o sucesso da conferência, pois, como representante da estética da *belle époque*, demonstrava a capacidade realizadora do novo governo brasileiro e sua adaptação aos padrões seguidos pela elite da época.

O perfil do Monroe identificou-se de tal forma com o Senado que, na última sessão, às vésperas da transferência para Brasília, em 1960, os senadores externaram a emoção com que se despediam não só da cidade, mas também do prédio.

Quinze anos mais tarde, o então senador Danton Jobim defendeu o palácio ameaçado de de-

molição, dirigindo veemente apelo ao presidente da República no sentido de que evitasse “esse verdadeiro atentado – já não digo contra a cidade do Rio de Janeiro, mas contra o patrimônio histórico do país”. Jobim endossava campanha desenvolvida pelo Clube de Engenharia em favor do Monroe, mencionando os estudos técnicos que rebatiam argumentos de que a existência do prédio prejudicaria o trânsito ou a ecologia. Muitas outras vezes, entre elas as do senador Marcos Freire e do deputado Jorge Arbage, levantaram-se em defesa do palácio, sem êxito. Da demolição, escaparam vitrais preciosos, soalhos em madeira de lei, estátuas – inclusive os leões que decoravam a escadaria de entrada –, vendidos a particulares pela empresa demolidora, além de móveis e objetos que integram o acervo histórico do Senado.

Fonte: *O Senado na História do Brasil* – Brasília: Senado Federal, 1996, 2ª edição revista e atualizada.